

A HERANÇA DO PECEBISMO CONTEMPORÂNEO

Raimundo Santos*

Com fins preservativos de uma ortodoxia modernizada, num caso, com pretensões inovativas, no outro, na cena intelectual da esquerda brasileira desse momento, majoritariamente marcada ainda pela disputa da hermenêutica marxista, de qualquer forma, primava a meta de buscar-se um revival na cultura socialista do País.

Certamente a discussão sobre o PCB da ótica pós-comunista apenas está começando e, tudo indica, num ritmo bastante lento¹. Parece até que o estudo do PCB tornou-se desinteressante, o próprio objeto considerado definitivamente esgotado junto com o fim do socialismo na URSS.

Em contrapartida, tem-se notado um movimento, interessado na preservação da memória pecebista, pelos resultados, um tanto similar ao da publicitária que décadas atrás cobrava do PCB retidão revolucionária, desprezando o processo elaborativo da política mais influente do partido.

Bem diferente do ímpeto investi-

gativo que, no começo dos anos 80, voltou-se para o estudo do PCB, como uma das variantes, digamos assim, da "versão brasileira" da crise do marxismo de meados da década de 70. Enquanto o eurocomunismo significou reconstrução do imaginário da esquerda euro-ocidental, no contraponto brasileiro aquela crise, de um lado, iria, elipticamente, preencher o vazio da derrota das esquerdas de ação armada, chegando, no seu melhor resultado, a um gramscismo funcional, à descoberta do Brasil contemporâneo², de outro, aí sim, numa explicitação entre nós do debate europeu, iria assumir a forma de um equacionamento da crise prolongada do PCB sob a chave da política gradualística e de frente democrática, praticada pelo partido sobremodo no período da resistência antiditatorial.

Com fins preservativos de uma ortodoxia modernizada, num caso, com pretensões inovativas, no outro, na cena intelectual da esquerda brasileira desse momento, majoritariamente marcada ainda pela disputa da hermenêutica marxista; de qualquer forma, primava a meta de buscar-se um *revival* na cultura socialista do País.

A movimentação preservativa de agora - ao ocorrer no fim do comunismo, fato que introduz finalmente uma concepção falibilística substituidora da idéia de "socialismo como necessidade histórica", segue, porém, a lógica do desconcerto diante do *debâcle* da URSS, e isso introduz a uma sensibilização de vazio ideológico receptivo a um passadismo empirista capaz de subsumir a pesquisa sobre a memória do PCB em mais um

movimento de ortodoxia contra a voragem do tempo pós-comunista. Em lugar de uma interlocução, esse defensismo só contribui para tornar ainda mais opaco o trabalho de recuperação da herança pecebista. Nessa medida, como toda ideologia dissociada do seu período de vida, sem efetivo poder fundamentador de iniciativas políticas.

Perspectiva diversa é colocar-se o problema da herança pecebista a partir da premissa de que o "fim do PCB", em lugar de um gesto intelectualmente vazio, requer algo pensável através de conjecturas sobre possíveis caminhos para o reconhecimento e localização do tema do fim do PCB, simultaneamente como política e como parte da crise dos pró-

1. Ver no ex-campo pecebista os primeiros registros em W. Vianna "Ator, tempo e processo de longa duração em análise de conjuntura", in *De um (plano) Colloz a Outro* (Rev. Rio, 1991) e Michel Zaidan *Um socialismo a reinventar*, Pindorama, Recife, 1991 e *Circe e o Historiador*, Pindorama, Recife, 1992. Uma interlocução com a bibliografia pós-comunista recente bem interessante é o ensaio de Joanildo Burity "Transbordamento do social e hegemonia: qual o jogo da democracia?", mimeo Universidade de Essex e de próximo aparecimento em R. Santos e R. Montalvão (orgs.) *Contemporaneidade e política*, UFPB/UFPI, Teresina/João Pessoa, no prelo.

2. Sobre esta função do pensamento de Gramsci na esquerda brasileira ver Marco Aurélio Nogueira "Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil", in VA. *Gramsci e a América Latina*, Paz e Terra, Rio, 1988.

* Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; autor de vários trabalhos sobre a história do PCB, como *A primeira renovação pecebista (1988) e O pecebismo inconcluso (1992)*.

prios paradigmas marxistas-leninistas. Recuperação historiográfica da "memória do PCB" formulada - com hipóteses a confirmarem atualidade numa interlocução do patrimônio pecebista com novas tendências do pensamento político contemporâneo - a partir de recuperações de linhas de orientação que, embora marcadas por descontinuidades e incongruências, surgam o pensamento dos comunistas do PCB, cada uma delas tomadas "como um todo", abstraída a "courage ideológica"³ marxista-leninista por onde elas passam ao longo do tempo.

Esse tipo de exercício historiográfico naturalmente pode assumir diversas configurações. E há documentos e documentos a serem privilegiados e tomados como pontos demarcativos de fases, expressivos de mudanças, indicadores de inflexões ou de transformações incrementais de considerável importância para estruturar essas leituras das idéias pecebistas.

A Declaração de Março de 58 e a Resolução do VI Congresso de 67 aparecem com frequência como os pontos mais visíveis da definição do pensamento responsável pela política mais influente do PCB no pré e no imediato pós-64.

Consideradas essas peças da perspectiva do que vimos denominando de pecebismo contemporâneo⁴, significando a expressão um conjunto de idéias sobre "frente única" e "estratégia democrática", elas poderiam ser associadas a outros documentos que são significativos para chave da leitura que queremos sugerir - qual seja: como a democracia política foi-se tornando instrumento de mudança social no discurso pecebista - que oferece pontos de referência para a refundação da utopia democrática da esquerda brasileira.

Desde logo as discussões de 56/57 sobre o Relatório Kruschew, antecedentes que são da Declaração de Março, e definidoras da "tática da frente única" como a grande política moderna dos comunistas; a Resolução do Comitê Central de maio de 1965, que definiria a unidade das forças antiditatoriais como "ampla frente de resistência, oposição e combate à ditadura"; a Resolução da Comissão Executiva do Comitê Central produzidas no exílio de 1975/79, consagradoras da tradição de uma política democrática, abrindo passagem para uma interpretação atualizada da política do VI Congresso; a ensaística daqueles

pecebistas que se fazem conhecer como os "eurocomunistas brasileiros" de 1979/85⁵, principalmente publicada na *Voz da Unidade* da primeira fase, como também os artigos produzidos no contexto do VII Congresso de 1982/83, e que irão explicitar a valorização da democracia política em função tanto de um acerto de contas com os paradigmas marxistas-leninistas quanto diante da natureza específica do processo de instauração da ordem capitalista do País - projetando tal política como base da via democrático-socialista para o Brasil.

Noutra direção, inúmeras são as inflexões, retomadas de filão diverso, e outros documentos também podem ser tomados como pontos cruciais da história das idéias políticas pecebistas - evidentemente sob chave diversa e em leitura diferente. Em contraponto àquela configuração que, linhas atrás, lhe fixamos alguns passos, não seria arriscado, por exemplo, associar, em relação à nova política da Declaração de Março e das Teses do V Congresso de 1960⁶, a Resolução de dezembro de 1962, que, ao priorizar a denúncia da "conciliação de Jango", teria posto entre parênteses a "tática da frente única"; mais adiante, associada às orientações do VI Congresso, a Resolução sobre a Frente Patriótica de 1973 muda o eixo democrático do frentismo que vinha de 1965; e, em plena transição, mais recentemente, o Informe de Balanço da discussão do VII Congresso do Comitê Central de dezembro de 1982 coloca-se, principal e frontalmente, contra a teorização dos "eurocomunistas brasileiros", definindo a natureza do processo inovativo do PCB naquele momento crucial de reinserção do partido no País.

Esse último contraponto reflete bem a disputa em torno da tradição pecebista à medida em que, de um lado, situava-se um esforço para substantivar a política do VI Congresso como estratégia socialista que se define como caminho para uma nova identidade e, de outro, um empenho, intelectualmente explícito, de situar a política praticada no período da resistência numa fundamentação marxista-leninista⁷ - configurando aí os termos em que o problema da herança do pecebismo contemporâneo iria se colocar no seu tempo devido.

Pois bem: o patrimônio no qual vão se inscrever os "eurocomunistas brasileiros" é o da moderna tradição pece-

Essa linha de elaboração desde o início apontava para o questionamento das posturas revolucionaristas da moldura estalinista e, de meados dos anos 70 em diante, cada vez mais punha em dúvida a própria teoria da ruptura revolucionária, abrindo caminho para uma compreensão gradualística e, desde logo, para a "moderação" que caracterizou, na cena política brasileira, os comunistas do PCB como uma força "madura e politicamente responsável".

bista de defesa das liberdades democráticas, imposta pela vida desde a morte de Vargas e que, abstraídas as contradições do processo⁸, iria dar passagem, digamos assim, à visão heterodoxa de que, mediante processos sucessivos de frente única, era possível construir uma política de "medidas progressistas" nos quadros do regime capitalista, em aproximação aos objetivos estratégicos do partido. Essa intuição decorria, como se sabe, da leitura que se fazia sobre as

3. A expressão é de Moisés Vinhas, no seu livro *O Partidão. A luta por um partido de massas - 1922/1974*, ed. Hucitec, S. Paulo, 1982.

4. Ver *O pecebismo inconcluso*, ed. Sociedade do Livro/Universidade Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 1992.

5. Idem.

6. Talvez tenha faltado dizer anteriormente que o texto das Teses de 1960, dois anos após a Declaração de Março, também pode ser tomado como peça expressiva da nova política, não sendo de todo desinteressante seu cotejo, à luz dos debates congressuais, com a Resolução final do evento.

7. Cf. "Um debate efetivamente democrático e unitário", in *Problemas* nº 10, julho/ago/set 1984.

8. R. Santos: *A primeira renovação pecebista*, ed. Oficina de Livros, B. Horizonte, 1988.

Dai passou-se, finalmente, para a concepção estratégica de que as lutas pelas liberdades democráticas tornavam-se leitoperegrino e o instrumento para uma fundada perspectiva de transformação do País, mediante um continuado processo de democratização do Estado e da sociedade.

marchas e contramarchas daquela época politicamente instável - agosto de 54, novembro de 55, eleição de Juscelino. Por outro lado, essa formulação política abria passagem rompendo com a orientação do IV Congresso de 1954 e toma ímpeto nos debates de 56/57 através da difícil luta pelo reconhecimento do desenvolvimento capitalista no País contra a tese do "Brasil colonizado" e, em anos posteriores, contra o terceiro-mundismo do País⁹. Embora as tensões entre o gradualismo centrado na luta pelas liberdades e o "momento de ruptura", pedido pelo diagnóstico ainda insuficiente do País, continuem presidindo a disputa pelo referencial ideológico e justificando o sistema de alianças no interior do partido. Essa linha de elaboração desde o início apontava para o questionamento das posturas revolucionaristas da moldura stalinista e, de meados dos anos 70 em diante, cada vez mais punha em dúvida a própria teoria da ruptura revolucionária, abrindo caminho para uma compreensão gradualística e, desde logo, para a "moderação" que caracterizou, na cena política brasileira, os comunistas do PCB como uma força "madura e politicamente responsável". Embora a crítica do socialismo real e do modelo de partido da III Internacional mais lenta não conseguisse desobstruir a caminhada em direção a uma nova utopia democrática de sociedade, como já acontecia em outros PCs.

De uma perspectiva mais ampla, uma parte da intelectualidade pecebista,

incorporando reflexões marxistas, até então consideradas menores e secundárias, sobre os processos de modernização burguesa, e abrindo-se completamente ao pensamento gramsciano e à discussão eurocomunista sobre o nexos entre democracia e socialismo, juntamente com setores que em alguns Estados tentavam movimentar o PCB no sentido da transição democrática, iriam dar início, então, a uma discussão que, no começo da transição e do contexto do VII Congresso, pelo papel que irá cumprir, apesar da sua derrota e afastamento do partido, poderíamos chamar de *segunda renovação*, uma denominação para lembrar função e destino similares ao grupo do Relatório Kruschew¹⁰.

Essa intelectualidade que se situava na cena pecebista no início dos anos 60 no contexto do projeto de flexibilização da cultura marxista no Brasil¹¹, com o passar do tempo iria operar uma espécie de duplicação dos referentes teóricos, refazendo os próprios parâmetros - do Lenin da revolução democrática de *Duas Táticas para o Programa agrário da social-democracia* (1907) e a importância da forma prussiana de evolução agrária; do Lukács do projeto de renovação filosófica e estética do marxismo estimulado pela Editora Civilização Brasileira para o interessa na releitura leniniana sobre o prussianismo¹²; do Gramsci filósofo e crítico da cultura ao teórico da política, do conceito de *revolução passiva* e da reflexão sobre a via socialista do Ocidente, sem falar na relação com outros territórios, como as teorizações de Barrington Moore sobre as vias de acesso ao mundo moderno - percorrendo um caminho para o imprevisto alargamento dos paradigmas e a interlocução criativa entre marxismo e a bibliografia clássica dos processos de transição política contemporânea¹³.

Pode-se dizer, assim, que de meados dos anos 70 em diante¹⁴, teve curso uma investigação que não nascia do acaso, mas da procura do aprofundamento do sentido da política de frente democrática, para onde já apontava desde cedo a intuição do PCB ao se especializar na montagem de coligações heterogêneas, e sua concepção de avanços políticos progressivos e de reformas graduais; e começou a circular no PCB a idéia de que a possibilidade de reversão do capitalismo excludente, imposto neste país mediante a instrumentalização privatista

do Estado, sem a correspondente construção de uma institucionalidade democrática, encontrava lugar justamente no plano da política¹⁵. No ocaso da ditadura, essa vertente intelectual prosseguiu empenhada em definir mais claramente uma política para o país moderno, com a idéia de que o fortalecimento da sociedade civil de nossos tempos (cujos pressupostos vieram com o aprofundamento das transformações capitalistas sob os governos militares), em lugar de uma tendência realizada, ainda necessitava ser consolidada através de um processo de transição e democratização a requerer para isso um "compromisso histórico" da esquerda com os liberais¹⁶. Dai passou-se, finalmente, para a concepção estratégica de que as lutas pelas liberdades democráticas tornavam-se leitoperegrino e o instrumento para uma fundada perspectiva de transformação do País, mediante um continuado processo de

9. Ver ensaio de W. Vianna "O Ocidente incompleto do PCB", IUPERJ, Rio, 1988.

10. Ver *O PCB em S.Paulo: 1974/81*, LECH, 1981, e o folheto *Para renovar a política dos comunistas*, Rio 1983.

11. Carlos Nelson Coutinho relata que, em meados dos anos 60, por iniciativa da Editora Civilização Brasileira foram publicadas obras de Lukács, Goldman, Schaff, Benjamin, Adorno, Marcuse e, de certo, Gramsci, configurando-se um verdadeiro projeto de ruptura com os manuais marxistas-leninistas. Cf. "A recepção de Gramsci no Brasil (1989)", in *Cultura e sociedade no Brasil*, ed. Oficina de Livros, B. Horizonte, 1990.

12. Ver C.N. Coutinho nos ensaios: "O significado de Lima Barreto na literatura brasileira", in *VA. Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, ed. Paz e Terra, Rio, 1974, e in *Cultura e sociedade no Brasil*, op. cit.

13. Ver especificamente W. Vianna: *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*, (1975), cap. 3, IV, ed. Paz e Terra, Rio, 1978, e "O problema da cidadania na hora da transição democrática" (1982), in *Travessia*, ed. Taurus, Rio, 1986.

14. Ivam Ribeiro é o pioneiro no uso da categoria *via prussiana* na análise da agricultura brasileira. Ver artigo "Agricultura e capitalismo no Brasil", publicado originariamente em francês, sob o pseudônimo de Cláudio Barros, na revista *Études Brésilienenses*, ano 1, nº 2, julho de 1975. Ver também in Ivam de Otero Ribeiro: *Agricultura, democracia e socialismo*, coletânea organizada por C.N. Coutinho e M. Beatriz de Albuquerque David, ed. Paz e Terra, Rio, 1988.

15. Ver o texto apresentado por Werneck Vianna no debate ao VII Congresso, realizado na ABI no dia 26 de outubro de 1981. Cf. "Sobre a tática e a estratégia das Teses", *Voz da Unidade*, Debate nº 89, 1981.

16. A.A. Guedes é o pioneiro ao sugerir o tema da transição no começo de 1981. Ver o artigo: "O impasse político e a saída democrática", in *Voz da Unidade*, 31/12/80 a 8/01/81. Para uma tematização específica ver: C.N. Coutinho: "Exposições", in Daniel A. Reis Filho: *As esquerdas e a democracia*, ed. Paz e Terra, Rio, 1986.

democratização do Estado e da sociedade¹⁷.

Mesmo com o convencimento sobre a importância do reconhecimento da constituição plena do modo de produção capitalista no País e o sentido estratégico do gradualismo reformador pluriclassista, a que se tenha chegado à luz de um marxismo reconstituído e da imagem de Brasil produzida ao se refazerem os seus modelos interpretativos, afirmativo da idéia de que a *democratização progressiva* constitui uma alternativa exequível à modernização conservadora e excludente, não prosseguiria no contexto do PCB - tanto pela orientação do Informe de Balanço do VII Congresso, cujo espírito prevalece no final do evento e no VIII Congresso de 1988, quanto pelo afastamento dos "eurocomunistas" - o processo de alargamento de paradigmas em direção tanto a uma "reconstrução do Materialismo Histórico" como na tematização dos novos movimentos sociais e a política, juntando o tema da *radicalidade democrática*

com o da nova sociedade socialista, de *democracia radicalizada e plural*, nos termos de uma refundação da utopia socialista¹⁸.

Os primeiros registros de posicionamento pós-comunista no seio dos antigos "eurocomunistas" ou (ainda) são poucos, ou já se distanciaram completamente do problema da herança do pecebismo contemporâneo¹⁹. Mas também se é verdade que é grosso o revestimento da ideologia marxista-leninista que envolve a política pecebista, isolável, ela não torna desinteressante a sua discussão para a esquerda atual. A desconsideração dos termos desse debate é que podem estar revelando a posição que eles são percebidos como irrelevantes para o próprio processo de recriação da cultura de esquerda no País²⁰. No PCB, vitoriosa a orientação do Informe de Balanço do VII Congresso, a reivindicação da tradição política do pecebismo contemporâneo perde relevância, e só retorna à cena intelectual em plena crise e esgotamento dos paradigmas comunis-

tas. Mas, curiosamente, por um tempo essas reivindicações da herança amainam, sucedidas pelo outro problema do *socialismo renovado*, e se alonga a espera para o relançamento da política democrática do PCB dos bons tempos.

17. Cf. "Sobre a tática e a estratégia", op. cit. e *Travessia*, op. cit.

18. Cf. E. Laclau *Hegemonia y estrategia socialista*, (1985), ed. Siglo XXI, B. Aires, 1987; G. Vacca "Comunismo, socialismo, democracia", in VA *A democracia como proposta*, Ibase, Rio de Janeiro, 1992 e cf. também Joséildo Burity, op. cit.

19. M. Zaidan em 1985 tinha insistido em diferenciar vertentes de renovação dos 80 - uma mais antiga, de estreito vínculo com a política de frente democrática e, outra, que fazia a leitura "européia" do Brasil complexo no ocaso da ditadura - agora chama a atenção para o fato de que as reflexões de E. Konder e C. N. Coutinho guardam muita distância da discussão sobre a crise dos paradigmas. Cf. *O pecebismo inconcluso*, op. cit. e *Crise e o historiador*, op. cit.

20. Ver a propósito a reavaliação de C. N. Coutinho sobre a transição democrática e outros pontos em *Democracia e socialismo*, Cortez, S. Paulo, 1992.